



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**  
**CURSO DE LETRAS**

**GUSTAVO GOMES DE MENEZES**

**O ABORTO COMO TEMA TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup> Neila Nunes de Souza

**PORTO NACIONAL – TO**  
**2021**

**GUSTAVO GOMES DE MENEZES**

**O ABORTO COMO TEMA TRANSVERSAL NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> Neila Nunes de Souza

**PORTO NACIONAL – TO  
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- M543a Menezes, Gustavo Gomes de .  
Aborto como tema transversal no ensino médio. / Gustavo Gomes de Menezes. – Porto Nacional, TO, 2021.  
23 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Letras - Língua Inglesa e Literaturas, 2021.  
Orientadora : Neila Nunes de Sousa
1. Temas transversais; 2. Ensino médio; 3. Aborto; 4. Educação. I.  
Título

**CDD 420**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**GUSTAVO GOMES DE MENEZES**

**O ABORTO COMO TEMA TRASNVERSAL NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Letras da  
Universidade Federal do Tocantins, campus  
de Porto Nacional, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup> Neila Nunes de  
Souza

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. (Odi Alexander Rocha da Silva), Unitins

---

Profa. Ma. (Maria da Glória de Castro Azevedo), UFT

---

Prof. Dra. (Neila Nunes de Souza), UFT

.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder a oportunidade de trilhar novos caminhos fazendo que eu seja forte o suficiente para não desistir da luta, pois foram dias de angústia, correria, e ele sempre estiveram me sustentando.

Quero expressar minha gratidão á minha Professora Dr<sup>a</sup> Neila Nunes de Souza. Como Professora foi o incentivo para abrir horizontes e ensinou-me a nunca desistir da luta. Também agradecer a importância de todos os meus professores do curso Letras nesse processo de criação.

Aos meus pais, Bham Gomes e Eleziana Menezes, que com toda humildade e simplicidade ensinou-me a ser uma pessoa decente a respeitar e buscar meus sonhos de forma honesta ainda que seja com muito trabalho, mas sem nunca passar por cima de ninguém.

Ao longo de nossas vidas, todos nós fizemos escolhas e fomos convidados a seguir em frente para atingir nosso ideal. A partir de escolhas, construímos nosso saber.

Amadurecemos. Passamos por vários momentos, obstáculos, situações difíceis, mas também felizes e enaltecidas, e hoje já não somos mais os mesmos. As colegas Ada Costa, Thaís Valéria e Rosana Florentino, que sempre me motivaram e seguraram em minhas mãos quando o caminho parecia longo e pensei em não suportar.

Ao Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins, e às pessoas com quem convivi ao longo desse curso. Nesse espaço vivi as melhores experiências da minha formação acadêmica.

## RESUMO

Diversos temas de cunho polêmico têm vindo à tona com tamanha força que tem dividido opiniões e grupos. Os ambientes de discussão saíram dos antigos fóruns da internet e agora são expostos e compartilhados nas redes sociais. Discursos de ódio e preconceito estão sempre presentes nestas redes, muitas vezes embasados em gostos pessoais e não em opiniões fundamentadas, analisadas e discutidas. O aborto, por exemplo, é um tema “tabu” para todas as sociedades e, a cada nova política pública que o traz à tona, os jornais e agora, principalmente, as redes sociais, incutem o debate na vida da juventude. É certo que, como apresentado nos PCNs, o tema “aborto” não é apresentado entre as sugestões e muito provavelmente tratado dentro da transversalidade dos temas ética e moral. O objetivo deste artigo é refletir sobre a discussão deste como tema transversal no ensino médio.

**Palavras-chave:** temas transversais; ensino médio; aborto; educação.

## **ABSTRACT**

A number of controversial issues have surfaced with such force that it has divided opinions and groups. Discussion environments left the old internet forums and are now exposed and shared on social networks. Discourses of hatred and prejudice are always present in these networks, often based on personal tastes and not on reasoned, analyzed and discussed opinions. Abortion, for example, is a taboo subject for all societies and, with each new public policy that brings it to light, newspapers and now, especially, social networks, instill the debate in the life of youth. It is true that, as presented in the PCNs, the theme "abortion" is not presented among the suggestions and most likely dealt with within the transversality of ethical and moral issues. The purpose of this article is to reflect on the discussion of this as a transversal theme in high school.

**Keywords:** transversal themes; high school; abortion, education;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 PARAMETROS E DOCUMENTOS CURRICULARES NO BRASIL E NO TOCANTINS .....</b>	<b>11</b>
<b>3 O ABORTO NO BRASIL, BASES PARA TRANSVERSALIDADE NA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS.....</b>	<b>16</b>
<b>4 ASPECTOS CONCLUSIVOS .....</b>	<b>20</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O adolescente ao chegar ao ensino médio se depara com um leque de caminhos, possibilidades, conhecimentos e experiências que a vida lhe pode dar. Entre tantas portas, assuntos polêmicos da vida social vem constantemente ao debate destes jovens e adolescentes.

Trabalhar no “chão de escola” é perceber que a nova ágora não é mais a sala de aula. Os ambientes de discussão saíram dos antigos *fóruns* da internet e agora são expostos e compartilhados nas redes sociais, sobretudo no Facebook, Youtube e Twitter. Nestes espaços, os estudantes podem se identificar com um ou mais *influencers* e ali receber deles e de seu séquito as informações que precisa para embasar sua crença neste ou naquele tema. Rothenburg e Stroppa (2015), asseveram esta percepção quando dizem que

O exercício abusivo da liberdade de expressão é potencializado com a generalização do acesso à internet que permite às pessoas assumir uma posição ativa na relação comunicacional ao saírem da posição de receptores da informação e passarem à posição de criadoras de conteúdo, os quais podem ser divulgados de maneira instantânea, sobretudo nas mídias sociais como Facebook, Twitter e Instagram, com acentuada velocidade de propagação e uma aparente possibilidade de anonimato.

Percebemos que temas de cunho polemico diversos tem, sobretudo em ano eleitoral, vindo à tona com tamanha força que tem dividido opiniões e grupos. Discursos de ódio e preconceito estão sempre presentes nestas redes sociais, muitas vezes embasados em gostos pessoais e não em opiniões fundamentadas, analisadas e discutidas.

Para Goffmann (2008), uma pessoa possui duas identidades: a) identidade social virtual; e b) identidade social real. A primeira está relacionada com a imagem pré-concebida que temos sobre quem o sujeito deveria ser ou ter. E a segunda está relacionada com quem realmente ele é ou prova possuir. Através da rede, o homem comete ilícitos, propaga mensagens de conteúdo prejudicial, viola direitos fundamentais dos demais usuários (SILVA et. al, 2011). Ruthenburg e Stroppa (2015) afirmam que, com isso, os discursos discriminatórios (*hate speech*) ganharam sua versão cibernética e, nesse contexto, a reflexão prática a respeito dos limites do direito de expressão em razão da veiculação de mensagens altamente preconceituosas que atingem as pessoas e

grupos vulneráveis também precisa ser feita tendo como base as redes sociais

Esta situação da sociedade cibernética e a seu reflexo para sociedade real, reacende a chama da inserção dos “Temas Transversais” na escola, como forma de elucidar e esclarecer mitos, tabus e preconceitos. Estes antes eram oriundos da tradição familiar ou religiosa. Hoje emanam das tecnologias de relacionamento em redes de internet.

O aborto, por exemplo, é um tema “tabu” para todas as sociedades e, a cada nova política pública que o traz à tona, os jornais e agora, principalmente, as redes sociais, incutem o debate na vida da juventude.

## 2 PARAMETROS E DOCUMENTOS CURRICULARES NO BRASIL E NO TOCANTINS

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998b), buscar desenvolvimento de uma educação voltada para a cidadania, requer a apresentação de questões sociais que efetivamente contribuam para a aprendizagem e reflexão dos alunos, possibilitando-lhes uma visão ampla e consistente da realidade da qual fazem parte, além de proporcionar o desenvolvimento da capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva (IMPOLCETTO e DARIDO, 2007).

Segundo Tomás Tadeu SILVA (1999), currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. Segundo o autor, o currículo produz, o currículo nos produz. Bovo (2009), nos alerta que inúmeras vezes, na atividade educacional, temos feito referências à interdisciplinaridade e à transversalidade, principalmente por ocasião da elaboração dos planejamentos escolares anuais. Falamos na integração de disciplinas, mas nunca o corpo docente chega a um consenso de como fazer este costura. Bovo (2009) cita que uma das prováveis é a falta de consenso na interpretação dos PCNs e dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade.

O autor percebe que que a interdisciplinaridade pretende garantir a construção de conhecimentos que rompam as fronteiras entre as disciplinas. A interdisciplinaridade busca também envolvimento, compromisso, reciprocidade diante dos conhecimentos, ou seja, atitudes e condutas interdisciplinares (BOVO, 2009).

No livro “Práticas Interdisciplinares na Escola”, organizado por Ivani Fazenda (1993), Ferreira ressalta que no idioma latino

O prefixo ‘inter’ dentre as diversas conotações que podemos lhes atribuir, tem o significado de ‘troca’, ‘reciprocidade’, e ‘disciplina’, de ‘ensino’, ‘instrução’, ‘ciência’. Logo, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como sendo a troca, de reciprocidade entre as disciplinas ou ciências, ou melhor áreas do conhecimento. (FEREIRA in FAZENDA, 1993, p. 21-22)

Bovo (2009) ainda dá pistas para que o trabalho interdisciplinar aconteça de modo a contribuir com o trabalho docente e o aprendizado dos alunos para a vida:

No entanto, para que o trabalho interdisciplinar possa ser desenvolvido pelos

professores, há que se desenvolver uma metodologia de trabalho interdisciplinar que implica: na integração dos conhecimentos; passar de uma concepção fragmentada para uma concepção unitária de conhecimento; superar a dicotomia entre o ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa a partir da contribuição das diversas ciências e um processo de ensino aprendizagem centrado numa visão de que aprendemos ao longo da vida.

Quanto a transversalidade, MEC está promovendo desde 1995 um debate a nível nacional referente aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que é uma proposta de conteúdos que referenciem e orientem a estrutura curricular do sistema educacional do país. A maior ênfase desse documento são os 'Temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Educação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo. O documento orienta que a escola precisa, segundo o documento, preocupar-se em tratar tantos valores quanto conhecimentos que "permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva" (BRASIL, 1997).

Quanto ao Estado do Tocantins, o mais novo da nação, os componentes curriculares analisados para a construção deste trabalho foram o Documento Curricular Linguagens (DCL): Língua Portuguesa Língua Inglesa Arte Educação Física (2019), e o Documento Curricular Ciências Humanas E Ensino Religioso (2019). O Estado do Tocantins em regime de colaboração com seus 139 municípios consolidou o Documento Curricular do Tocantins, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.

O documento curricular que trata das Linguagens e suas tecnologias, não faz menção direta sobre temas transversais, mas, na página 26, faz distinção dos campos de atuação das práticas de linguagem. Quanto a estes campos, o DCL explica:

Os campos contemplam dimensões de uso da linguagem na escola e fora dela e criam condições para uma formação na atuação em atividades do dia a dia, no espaço familiar e escolar. A formação pode contemplar a produção do conhecimento e a pesquisa; o exercício da cidadania, que envolve, por exemplo, a condição de se inteirar dos fatos do mundo e opinar sobre eles, de poder propor pautas de discussão e soluções de problemas, como possibilidades de vislumbrar formas de atuação na vida pública; uma formação estética, vinculada à experiência de leitura e escrita do texto literário e à compreensão e produção de textos artísticos multissemióticos.

É evidente que a quantidade de possíveis temas transversais que podem ser trabalhados no ensino médio torna-se maior a cada evento social inserido na sociedade.

O DCL deteve-se em apenas três grandes temas, a saber: cultura digital, expressão das culturas juvenis e direitos humanos. Sobre este último, lemos o seguinte:

Os direitos humanos também perpassam todos os campos de diferentes formas: seja no debate de ideias e organização de formas de defesa dos direitos humanos (campo jornalístico/midiático e campo de atuação na vida pública), seja no exercício desses direitos – direito à literatura e à arte, direito à informação e aos conhecimentos disponíveis (p.27).

Quanto ao Documento Curricular Ciências Humanas e Ensino Religioso (DCCHER), fica claro o caráter facultativo e interconfessional do ensino religioso. Das suas competências, destacamos a 6ª competência: “debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz” (p 93).

Uma ressalva importante, é que ambos os documentos aqui tratados são guias-mestre para o ensino fundamental. O DCT (Documento Curricular do Tocantins), para o ensino médio esteve em consulta pública entre os dias 08/12/2020 e 11/01/2021, sendo pensado no modelo do Novo Ensino Médio. Enquanto este documento não é oficializado, um dos caminhos a se trilhar, então, é utilizar os documentos do ensino fundamental adaptando-os para a etapa do ensino médio.

Para Macedo, (1999), embora não se trate propriamente de uma novidade, as comunidades escolares entraram em clima de perplexidade, tendo surgido aqui e ali inúmeras dúvidas sobre o que seriam os tais temas transversais, sobre como seria possível trabalhá-los, sobre a diferença entre temas transversais, interdisciplinaridade e trabalhos por projetos.

Rafael Yus (1998) propõe a seguinte definição para temas transversais:

Temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola. (YUS, 1998, p. 17)

Embora romântica a definição de Yus, Elizabeth Fernandes de Macedo (1999), apresenta indagações que incomodam e nos fazem, refletir:

Os PCN propõem que a integração se faça por temas transversais, que perpassariam o conjunto das disciplinas. Assim, a ética, um dos temas propostos, seria tratada, tanto em português quanto em matemática, sempre que o conteúdo trabalhado nessas disciplinas permitisse. Idem para meio

ambiente, saúde, pluralidade cultural e orientação sexual. O documento assume, ainda, que determinados temas transversais têm mais afinidade com certas disciplinas e, por isso, devem ser mais explorados por elas. Além da pergunta mais óbvia, que os PCN deixam sem resposta, sobre o como integrar' os temas transversais com as diferentes disciplinas, restam-nos ainda outras dúvidas: como fazer para que temas transversais e disciplinas ocupem o "mesmo lugar de importância" no currículo se a lógica que preside a estruturação curricular continuará sendo a estabelecida pelas diferentes disciplinas? (MACEDO 1999, pg 45).

O próprio documento dos PCNs orienta que a inclusão dos temas implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões (BRASIL, 1998).

MORENO (In BUSQUETS et al., 2000) comenta:

Os temas transversais, que constituem o centro das atuais preocupações sociais, devem ser o eixo em torno do qual devem girar a temática das áreas curriculares, que adquirem assim, tanto para o corpo docente como para os alunos, o valor de instrumentos necessários para a obtenção das finalidades desejadas. (MORENO in BUSQUETS et al., op.cit.,2000 p. 37)

Altmann (2001) afirma que os PCNs pretendem ser um referencial fomentador da reflexão sobre os currículos escolares, uma proposta aberta e flexível, que pode ou não ser utilizada pelas escolas na elaboração de suas propostas curriculares.

O tema “aborto”, como visto, não surge na escola dentro dos PCNs, todavia, há de se identificar de que maneira este tema é reinscrito na escola dentro do contexto histórico e demandas atuais. O tema tange em três “tema-mestres”, estes sim, dentro dos PCNs, que são a ética, saúde e a educação sexual.

Quanto a inserção da temática transversal “Ética”, Impolcetto e Darido (pg 15, 2007), descrevem o seguinte:

Encontramos alguns trabalhos direcionados ao tema da ética na área da Educação, tais como o de Pereira-Augusto (2001) “A ética como tema transversal: um estudo sobre valores democráticos na escola” e as teses de doutorado de Silva (2001) “Ensino da ética nos PCNs: análise da lista que provê seu conteúdo proposicional pela teoria dos atos da fala” e de Menin (2001) “A escola da ética: Educação, produção de subjetividade e cidadania”.

Quanto aos termos ética e moral, os autores escrevem:

Nos PCNs sobre os temas transversais encontramos que a etimologia dos termos moral e ética indica que as duas palavras possuem um significado comum: *mores*, no latim e *ethos*, no grego, remetem a definição de costume (BRASIL, 1998b, p. 49) in Darido e Impocletto 2007

Quanto a transversalidade do tema “Saúde”, Aerts et. al (pg 1020, 1021; 2004), afirma que

Em 1986, na 1ª Conferência Internacional de Promoção de Saúde, foi publicada a Carta de Ottawa, que ampliou o significado da concepção de promoção como conjunto de ações voltadas para a prevenção das doenças e riscos individuais para uma visão que considera a influência dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais sobre as condições de vida e saúde<sup>1</sup>. Assim, a saúde é compreendida enquanto qualidade de vida e não apenas como ausência de doença, determinando que os problemas de saúde sejam enfrentados valendo-se de ações intersetoriais, visto que extrapolam a responsabilidade exclusiva do setor saúde.

Os autores citam os cinco pontos de ação propostos pela Carta de Otawwa que visam a promoção da saúde da coletividade, o qual destaco o quarto ponto:

Fortalecimento da ação comunitária, priorizando a participação de indivíduos e comunidades nas tomadas de decisões de questões que dizem respeito à sua saúde; desenvolvimento de habilidades pessoais, enfatizando a divulgação de informações sobre a saúde, educação para a saúde, nas escolas, universidades, locais de trabalho e qualquer espaço coletivo de forma a permitir que as pessoas tenham mais controle sobre sua saúde;

### 3 O ABORTO NO BRASIL, BASES PARA TRANSVERSALIDADE NA ÁREA DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

Para Neto et. al. a criminalização não impede o aborto de ser praticado no Brasil. Um a cada sete milhões de mulheres já fez aborto. Isso representa 5 milhões de mulheres, equivalente a população de uma grande capital brasileira. Segundo dados anteriores à 2017, os autores relatam que o aborto clandestino provoca 602 internações diárias por infecção, 25% dos casos por esterilidade, e 9% dos óbitos maternos. A quinta maior causa para a morte materna no Brasil.

Biroli (2016), destaca que em 2015 que o debate público sobre aborto ganhou amplitude no Brasil, com a presença das mulheres nas ruas contra o PL 5069/2013, cujo objetivo é restringir o atendimento às mulheres em caso de estupro. Em sua obra “Aborto em debate na Câmara dos Deputados”, Biroli traça um pequeno histórico entre os momentos pré e pós *impeachment* - que a ela denomina “golpe” (pg 4.) – endossando que existe de fato uma pauta abortista dentro da agenda do(s) movimento(s) feminista(s).

Sem dúvida, o texto de Biroli (2016) deve ser lido com cautela, já que é carregado de emoções político-partidárias, sustenta um viés unilateral feminista e crítico aos grupos não-petistas. Contudo, há ponderações que podem ser levadas em conta e destacadas.

O grupo intitulado “Equipe Trincheira” que assina o prefácio do trabalho de Biroli (2016), escreve que

A ampliação do debate feminista, sobretudo entre as mulheres mais jovens, deve ser tomada como um componente desse cenário. A busca de diálogo entre organizações feministas consolidadas e os potenciais desses novos feminismos, que se faz a partir de múltiplos coletivos por todo o país, blogs e plataformas com milhares de seguidoras e está presente nas escolas e universidades, é um ponto que pode ser destacado tendo em vista a conjuntura atual e seus desdobramentos. (BIROLI, 2016, pg 7).

Contudo, a autora considera que estes esforços de ampliar o debate entre feministas, focando em mulheres jovens, na Câmara dos Deputados, onde efetivamente o debate deve ser construído, não teve eco entre os parlamentares. Salvo alguns poucos deputados ligados a partidos da esquerda conservadora (PCB, PSOL e PT), os demais deputados, no olhar da autora, estavam engajados numa agenda de retrocessos à esta temática.

Em 2016, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal julgou o Habeas Corpus 124.306/2016, em sede do qual realizou interpretação conforme para considerar atípico o aborto praticado até o terceiro mês de gestação (GARCIA, 2016). Para a autora, a decisão contrariou a Constituição, violando direito embalsamado por cláusula pétreia, negligenciou mandado de criminalização e usurpou matéria de competência do Poder legislativo, violando a separação de poderes.

Sobre o caso, a página do Supremo Tribunal Federal (STF) na internet reporta:

Terça-feira, 29 de novembro de 2016  
1ª Turma afasta prisão preventiva de acusados da prática de aborto

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a prisão preventiva de E.S. e R.A.F., denunciados pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pela suposta prática do crime de aborto com o consentimento da gestante e formação de quadrilha (artigos 126 e 288 do Código Penal). A decisão foi tomada nesta terça-feira (29) no julgamento do Habeas Corpus (HC) 124306. De acordo com o voto do ministro Luís Roberto Barroso, que alcançou a maioria, além de não estarem presentes no caso os requisitos que autorizam a prisão cautelar, a criminalização do aborto é incompatível com diversos direitos fundamentais, entre eles os direitos sexuais e reprodutivos e a autonomia da mulher, a integridade física e psíquica da gestante e o princípio da igualdade.

Barroso destacou que é preciso examinar a própria constitucionalidade do tipo penal imputado aos envolvidos. “No caso aqui analisado, está em discussão a tipificação penal do crime de aborto voluntário nos artigos 124 e 126 do Código Penal, que punem tanto o aborto provocado pela gestante quanto por terceiros com o consentimento da gestante”, observou.

Para o ministro, o bem jurídico protegido (a vida potencial do feto) é “evidentemente relevante”, mas a criminalização do aborto antes de concluído o primeiro trimestre de gestação viola diversos direitos fundamentais da mulher, além de não observar suficientemente o princípio da proporcionalidade. Entre os bens jurídicos violados, apontou a autonomia da mulher, o direito à integridade física e psíquica, os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, a igualdade de gênero – além da discriminação social e o impacto desproporcional da criminalização sobre as mulheres pobres.

(Disponível em:  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330769>;  
Grifo nosso).

Ainda como parte do voto-vista do ministro Luiz Roberto Barroso, faço destaque deste recorte:

Advertiu, porém, que não se trata de fazer a defesa da disseminação do procedimento – “pelo contrário, o que se pretende é que ele seja raro e seguro”, afirmou. “O aborto é uma prática que se deve procurar evitar, pelas complexidades físicas, psíquicas e morais que envolve. Por isso mesmo, é papel do Estado e da sociedade atuar nesse sentido, mediante oferta de educação sexual, distribuição de meios contraceptivos e amparo à mulher que deseje ter o filho e se encontre em circunstâncias adversas”. (ibden).

Nos ambientes extra-escolares, percebemos que as divergências são profundas e não se circunscrevem somente aos argumentos jurídicos, morais ou de saúde pública, envolvendo também crenças religiosas. E, no Brasil, não teria como ser diferente. Aqui, vigora na matéria o Código Penal, editado em 1940, que optou pela criminalização do aborto nos seus arts. 124 a 128 (SARMENTO, 2005).

Quanto aos ambientes escolares, o debate sobre o tema segue obscuro pela falta de trabalhos acadêmicos que relatem o tema, seus conteúdos e discussões.

Dimenstein (1999), alega em um artigo para o jornal Folha de São Paulo que “o melhor método anticoncepcional para as adolescentes é a escola: quanto maior a escolaridade, menor a fecundidade e maior a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis”.

Altmann (2001) relatou que em uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz entre julho de 1999 e fevereiro de 2001 mostra que 32,5% das mães que engravidaram na adolescência estudaram, no máximo, até a quarta série do ensino fundamental.

Segundo informações do Portal do Ministério da Saúde (2018),

- A gravidez na adolescência teve uma queda de 17% no Brasil segundo dados preliminares do Sinasc (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos) do Ministério da Saúde (2004 a 2015).
- Em números absolutos a redução foi de 661.290 nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos em 2004 para 546.529 em 2015.
- A região com mais filhos de mães adolescentes é o Nordeste (180.072 – 32%), seguido da região Sudeste (179.213 – 32%). A região Norte vem em terceiro lugar com 81.427 (14%) nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos, seguido da região Sul (62.475 – 11%) e Centro Oeste (43.342 – 8%).

A mudança de padrões da gravidez na adolescência está relacionada a vários fatores como expansão do programa Saúde da Família, mais acesso a métodos contraceptivos e ao Programa Saúde na Escola que oferece informação de educação em saúde, que leva ao empoderamento dos próprios adolescentes ao fazer escolhas livres e determinar o seu projeto de vida. (Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-do-adolescente-e-do-jovem/informacoes-sobre-gravidez-na-adolescencia2>).

Garcia (2016), num trabalho apresentando no Fórum de Cortes Supremas do Mercosul, relata a importância da sua pesquisa, enraizada na necessidade de juntar as diversidades de opiniões e chegar a um acordo pela defesa da mulher e das vidas que estão em jogo.

Tamanha a grandiosidade e a polemica do tema aborto, ao leva-lo para a

sala de aula, o professor tanto da área de linguagem quanto de humanidades, pode explorar conhecimentos estatísticos, expressões de valor da vida, da individualidade, da coletividade, etc. nos campos da vida cotidiana, da vida acadêmica e da vida pública.

#### 4 ASPECTOS CONCLUSIVOS

A escola tem um papel importantíssimo nesta discussão. Ao invés de apoiar o aborto ou não apoiá-lo, deve haver incentivo à educação dos jovens sobre métodos de planejamento familiar, saúde sexual e demais implicações, refletindo sobre as várias questões éticas que envolvem a problemática do aborto, nomeadamente a sua coerência, sob o ponto de vista teórico, mas também a sua capacidade de aplicação, sob o ponto de vista prático

É certo que, como apresentado nos PCNs, o tema “aborto” não é apresentado entre as sugestões e muito provavelmente tratado dentro da transversalidade dos temas ética e moral. Mas vai mais além. Pensar esse tema, iluminar os jovens à luz da legislação, da bioética e da saúde pública, procurando se afastar dos predicados religiosos, que devem ser individualmente respeitados, mas não colocados como dogma social e compreender cada mulher que passou por este processo, como pessoa humana, exige do professor responsável por trabalhar esta temática, e de todo corpo docente e da comunidade escolar, um completo envolvimento, para compreender pilares da vida humana como a natalidade, a trajetória de vida e a mortalidade, a liberdade a integridade física e psíquica, a esfera da vida biológica satisfatória e a fruição dos artificialismos, a participação no discurso e na ação, etc.

Ao menos no nível de trabalhos acadêmicos, esta discussão não entrou na sala de aula. Nas bases de informação pesquisadas, apresentadas pelo Google Acadêmico citando separadamente as palavra-chave escolhidas para a pesquisa temas transversais; ensino médio; aborto e educação; entre os meses de outubro e novembro de dois mil e dezoito, não foram encontradas nenhum trabalho que relatasse a discussão deste tema de veras relevante na sala de aula do ensino médio. Idade em que muitas jovens podem engravidar indesejadamente, seja por descuido e imaturidade, seja por abusos sexuais.

Retirar o tópico abordado neste trabalho dos eixos ética e moral, pode ser fundamental para uma melhor compreensão deste “tema-tabú”, além das respostas e concepções prontas da juventude no ensino médio. Para tal, contudo, é urgente pesquisas com professores, alunos e comunidade escolar, para entender o que está – e se está – acontecendo nos debates com o tema aborto nas escolas. É necessário também

verificar quais as dúvidas quanto a legalidade, as políticas públicas e noções de bioética destes alunos. Entender nas jovens e adolescentes que praticaram o aborto, que se encontram no período de estudos do Ensino Médio quais foram as intenções, compreende-las, acolhe-las, e assim, com dados e auxílio de outros profissionais da saúde, conduzi-las para superação deste processo, caso haja algum trauma de qualquer espécie e ajudando também assim as comunidades escolares a compreender o direito à liberdade e respeitá-lo como um dos princípios da dignidade humana, inclusive nas redes sociais e internet.

## REFERENCIAS

BIROLI, F. Aborto em debate na Câmara dos Deputados. Cfemea, Ipas e Observatório de Sexualidade e Política; Brasília, 2016.

BOVO, M.C. Interdisciplinaridade e Transversalidade como Dimensões da Ação Pedagógica. Revista Urutágua Quadrimestral – Nº 07 – Ago/Set/Out/Nov – Maringá - Paraná – disponível em: <http://www.uem.br/urutagua/007/07bovo.htm>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília, 1997b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física, terceiro e quarto ciclos. Brasília, 1998a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília, 1998b.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º Ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. Trad. Cláudia Schinling. São Paulo: Ática, 2000.

FAZENDA, Ivani C. A. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 1993.

IMPOLCETTO, F. M.; DARIDO, S. C. Ética como tema transversal: possibilidades de aplicação nas aulas de Educação Física Escolar. Motriz, Rio Claro, v.13 n.1 p.14-23, jan./mar. 2007

MENIN, P. A. H. A escola da ética: educação, produção de subjetividade e cidadania. 2001. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA-AUGUSTO, M. A. A ética como tema transversal: um estudo sobre valores democráticos na escola. 2001. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São

SILVA, H. P. Ensino de ética nos PCNs: análise da lista que provê seu conteúdo proposicional pela teoria dos atos da fala. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

YUS, Rafael. Temas transversais: em busca de uma nova escola. Trad. Ernani F. da F.

Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - Habeas Corpus 124306. Notícias - disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=330769>

STROPPA, T.; ROTHENBURG, W. C. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM [www.ufsm.br/redevistadireito](http://www.ufsm.br/redevistadireito) v. 10, n. 2 / 2015

AERTS, D; GUIMARÃES ALVES, G; LA SALVIA, M. V; ABEGG, C. Promoção de saúde: a convergência entre as propostas da vigilância da saúde e da escola cidadã. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(4):1020-1028, jul-ago, 2004